



Senador José Richa, relator
Organização dos Estados

Richa suprime criação dos novos estados

O relator da Comissão de Organização do Estado, senador José Richa (PMDB-RS), não incluirá no substitutivo a criação de novos estados e a emancipação dos territórios do Amapá e Roraima. Explicou que esse é o único tema aprovado nas subcomissões que não será acolhido em seu relatório por entender que a criação de unidades federativas não compete à Constituição.

Richa frisou que a sua decisão não é política. Muito preocupado com as técnicas legislativas, o senador entende que não há como determinar a divisão dos atuais estados "sem saber se as respectivas populações concordam com a decisão". Por isso ele propôs a realização de um plebiscito e a instalação de uma comissão formada por 5 parlamentares e 5 representantes do executivo que deverão estudar a viabilidade de cada uma das oito propostas acolhidas no relatório do deputado Siqueira Campos (PDC-GO), da subcomissão dos Estados.

O relator da Comissão de Organização do Estado, não descarta a hipótese de seu substitutivo não ser aprovado na Comissão. Acha ainda que seja possível que a discussão "se esquite no plenário quando as coisas serão realmente decididas".

Com base nisso, ele não perde em orientar os grupos defensores da criação de estados. Ontem, após a reunião da comissão, Richa foi abordado pelo deputado Sarney Filho e o senador Edson Lobão, que lhe apresentaram uma proposta de criação e pediram "uma atenção especial". O senador adiantou que não acolheria estas emendas, mas orientou: "Preparem um grupo forte para defender a tese no plenário".

Articuladores

As declarações do senador José Richa sobre a criação de novos estados, deverá rearticular os grupos que defendem a "instalação já" dessas unidades. Com o relatório do deputado Siqueira Campos — que criou seis unidades e emancipou os territórios — os articuladores ficaram mais tranquilos, sumindo inclusive dos corredores do Congresso Nacional. O único que continuou inquieto foi o economista Expedito Mendonça, que coordena a criação do Estado de São Francisco (desmembramento de norte de Minas Gerais e Sul da Bahia).

Siqueira Campos garantiu a criação de Juruá (AM), Tapajós (PA), Maranhão do Sul (MA), Santa Cruz (BA), Tocantins (GO) e Triângulo (MG). Já estavam sendo consideradas como certas as aprovações dos desmembramentos do Amazonas, Maranhão e Goiás, por serem julgadas regiões economicamente independentes.

Mesmo assim as emendas continuaram sendo apresentadas e nesses três dias três ganharam certa força: São Francisco, que divide norte de Minas e Sul da Bahia; Iguaçú, Sul do Paraná e norte de Santa Catarina e Cariri, reunindo 50 municípios do sertão cearense. Prevendo a reação do relator, Expedito Mendonça, passou toda a tarde de ontem na Comissão de Organização do Estado, e garante que "Richa está equivocado".

Ordem Econômica

Afif diz que há rebelião civil

"A rebelião civil já começou, pela quebra das pequenas e médias empresas. O que está em jogo, daqui a trinta ou quarenta dias, não é a cabeça do ministro da Fazenda. É o futuro do próprio governo". A opinião é do deputado Guilherme Afif Domingos, membro da Comissão da Ordem Econômica da Assembleia Nacional Constituinte, que se autodefine como "progressista", embora seja considerado "reacionário" pelos membros dos partidos de esquerda no Congresso Nacional.

As opiniões de Guilherme Afif sobre o momento atual da economia nacional coincidem num ponto com as do ex-líder estudantil no período pós-64, o deputado Wladimir Palmeira, eleito pelo Partido dos Trabalhadores pelo Estado do Rio de Janeiro: ambos estão pessimistas.

"Nós temos três organizações sólidas, hoje, no país, diz Guilherme Afif. O Estado, que continua num regime nazifascista, a Igreja e as Forças Armadas, ambas organizações burocratizadas. O Estado deixou de existir, no

Educação e Cultura

Evangélicos dão apoio à censura

Se depender dos constituintes evangélicos integrantes da Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação, a censura aos meios de comunicação não deverá ser abolida, como pretendem alguns setores progressistas da área cultural e parlamentares que elaboraram o anteprojeto da Subcomissão referente à matéria.

Eles são mais de uma dezena na comissão e raramente estão ausentes na atual fase de discussões dos anteprojetos, formando um forte bloco lobístico contra a liberação da censura. Ontem, na discussão do Artigo 23, da Subcomissão da Educação, Cultura e Esportes, que estabelece a abolição da censura "a livros, jornais, revistas e outros periódicos, cinema, peças teatrais e qualquer tipo de espetáculo cultural ou de diversões públicas", os constituintes evangélicos foram unânimes em condenar e até sugerir a supressão de tal artigo.

A liberação pura e simples da circulação e divulgação de obras culturais, conforme determina o artigo provocou acirrada polêmica entre seus defensores, entre os quais se alinha o senador Pompeu de Souza (PMDB-DF), e os constituintes de tendência mais conservadora, sobretudo, os evangélicos. Entres estes, destaca-se o deputado Nelson

Organização Eleitoral

Deputado quer verba da União para partido

Uma proposta do deputado Nilton Friedrich (PMDB-PR) de conceder 0,1 por cento do Orçamento Geral da União aos partidos políticos, destinando dois terços às agremiações com representação na Câmara e um terço as demais, está provocando polêmica na Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições.

A comissão, que antes discutia em torno de temas como formação de partidos políticos e a forma de o governo subsidiá-los, agora discute também quanto a ser ou não constitucional a sugestão do parlamentar paranaense.

Friedrich afirma que no Brasil as matérias ficam muito tempo no Congresso esperando aprovação, sendo necessário no seu entender que a Constituição seja o mais auto-aplicável possível. Quanto à criação de partidos políticos Nilton defen-



Deputado Afif Domingos

momento em que o presidente da República perdeu a autoridade, ao tentar manter por conta própria o período de seu mandato. E a Igreja e as Forças Armadas tentam reter fatias do poder. O presidente da República, hoje, sustenta-se à custa de favores".

Wladimir Palmeira concorda em que o presidente Sarney, ao

definir o prazo do seu mandato, poderá ter conseguido o apoio imediato das forças de direita da Frente Liberal e do PMDB, mas a médio prazo desmoralizou o cargo. "Ele passou por cima da Assembleia Nacional Constituinte, que só iria tratar do assunto num prazo mais longo", afirma.

"A situação é exageradamente difícil, porque o país está à deriva, e não há nenhuma proposta de política econômica. Desde que assumiu, o ministro da Fazenda, Bresser Pereira, vem prometendo uma política econômica, e o trabalhador continua convivendo com o mais baixo salário dos últimos 40 anos", diz Palmeira.

E Guilherme Afif acrescenta: "Enquanto isto anuncia-se aumento, de impostos. E aumentar imposto é roubar o meu filho".

- Agenda — Reune-se às 10 e às 17 horas para discutir os pareceres das três subcomissões: "Princípios gerais, intervenção do Estado, regime de propriedade do subsolo e da atividade econômica"; "Questão urbana e transporte"; e "Política agrícola e fundiária e da reforma agrária".



Alcení Guerra

Ordem Social

Direitos das minorias têm apoio unânime

Criminalizar a discriminação de qualquer natureza, reconhecer a existência da pluriétnia da população brasileira, demarcar no prazo de quatro anos as terras indígenas reconhecidas e restringir à União — em casos excepcionais — a exploração de minérios em áreas habitadas pelos índios são propostas do anteprojeto da Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Deficientes e Minorias, que estão sendo discutidas pela Comissão da Ordem Social. Na reunião de segunda-feira à noite, com a presença de 12 membros, estas teses tiveram o apoio unânime dos debatedores.

O deputado Alcení Guerra (PFL-PR), que foi relator do anteprojeto na subcomissão, defendeu a importância dos dois artigos que compõem o capítulo da Eficácia Constitucional, "sem o qual os demais artigos se transformarão em mera poesia". Pelos artigos, fica garantida a aplicação imediata da nova Constituição, com pena de destituição do cargo ou perda do mandato eletivo se comprovada e inconstitucionalidade por omissão.

O genocídio praticado contra os índios, reduzindo-os de seis milhões no princípio do século para 220 mil hoje, foi denunciado pelo deputado José Carlos Sabóia (PMDB-MA), que defende a demarcação e proibição de mineração em terras indígenas como "argumento histórico, de respeito à vida e como opção por um determinado tipo de desenvolvimento que não seja a entrega das riquezas do País ao capitalismo internacional". Manifestaram-se, também, pela aprovação do anteprojeto os deputados Nelson Seixas (PDT-SP), Benedita da Silva (PT-RJ), Floriceno Paixão (PDT-RS) e Ivo Lech (PMDB-RS).

- Agenda — A Comissão da Ordem Social, que concluiu segunda-feira a discussão dos três relatórios das subcomissões dos Direitos dos Trabalhadores, da Saúde e das Minorias, não tem reunião marcada para hoje e provavelmente só voltará a se reunir para a apresentação do anteprojeto pelo relator, senador Almir Gabriel no próximo domingo.

- Agenda — A Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes da Ciência e Tecnologia e da Comunicação, prossegue hoje, às 10 e às 17 horas, as discussões dos anteprojetos das três subcomissões.

de que deve acontecer com a máxima liberdade, sem "as exigências absurdas" contidas na atual legislação e tendo o eleitor como grande fiscal.

Sobre a aplicação dos recursos, entende Nilton Friedrich, que ela deve ser rigorosamente fiscalizada, para impedir que se dê um grande poder financeiro aos dirigentes.

O deputado paranaense acredita que a medida servirá para acabar com a corrupção e os comprometimentos, através de meios pouco claros. Para ele, os partidos brasileiros têm sido siglas de aluguel no período eleitoral, por não terem estrutura financeira, institutos políticos, fundações, e condições de sobrevivência.

- Agenda — A Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições, não tem reunião hoje. O relator Prisco Viana recebeu emendas e prepara o substitutivo.